

Temporada de caça

JORNAL DE BRASÍLIA

Álvaro Pereira

Deputados e senadores passaram a última semana a discutir a rolagem da dívida dos estados e municípios, enquanto projetos mais importantes, como o do ajuste fiscal e do Orçamento da União para 92, eram colocados num plano aparentemente secundário na lista de votações. É que o PMDB, que tem a maior representação no Congresso, fechou acordo com o Governo, comprometendo-se a apoiar a reforma tributária e fiscal, o novo Finsocial e o aumento para os servidores públicos, mas estabeleceu condições. Em contrapartida, os líderes do Governo deveriam concordar com a votação, em primeiro lugar, da rolagem da dívida dos estados.

Pelo acordo firmado entre o PMDB e o Governo, a dívida será assumida e refinanciada pela União para pagamento num prazo de 20 anos, com juros mais baixos que os cobrados hoje no mercado financeiro. No próximo ano, o pagamento não poderá exceder a 11% da receita líquida de estados e municípios. Nos anos seguintes, o teto será elevado para 15%. Partidos menores, como o PDT, o PTB, o PDC e o PL também apoiaram o acordo, mas o PSDB, o PT e o PDS ficaram contra e fizeram dura oposição ao projeto. O líder do PSDB, José Serra, denunciou o acordo como lesivo ao interesse da União e dos trabalhadores, uma vez que as condições de refinanciamento seriam excessivamente generosas com os estados. Disse o líder José

Serra, citando frase de Bismarck: "Se o povo soubesse como são feitas as leis e as salsichas, não dormiria à noite".

O acordo foi fechado durante encontro do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, com o presidente do PMDB e candidato natural do partido à Presidência da República, o ex-governador Orestes Quércia. Com a autoridade de maior liderança informal no Congresso, o deputado Ulysses Guimarães comentou que o debate sobre a questão da dívida havia aberto a temporada de caça à candidatura Quércia. E o deputado Alberto Goldman, um dos políticos mais ligados ao ex-governador, acrescentou que o acordo fortalecia o PMDB como partido, na medida em que seus governadores, deputados e senadores passariam a ter uma postura política mais independente em relação ao Governo. Daí a reação violetna de partidos como PSDB, PT e o PDS, que têm candidatos alternativos aos governos dos estados e à Presidência da República.

Isso explica, por exemplo, o fato de as críticas terem partido principalmente de lideranças políticas de São Paulo, estado que concentra o maior número de candidatos às eleições presidenciais de 94. Todos — e aí se poderiam incluir também candidatos de outros estados, como Leonel Brizola — estão preocupados com o possível fortalecimento de Quércia e do PMDB.